

Esta pesquisa é uma etnografia da assunção quilombola de uma comunidade negra de Porto Alegre. O objetivo é descrever a série de conjunturas e relações sociais que possibilitou o grupo entrar no pleito político quilombola e os esforços empreendidos pelo grupo na regularização de seu território frente ao poder público. O foco analítico são as implicações da relação do grupo com o Estado a partir de seus distanciamentos e aproximações. Propõe-se aqui observar os encontros e desencontros desta comunidade quilombola com o Estado, problematizando duas inscrições. A primeira é o da *disjunção*: o destes grupos ao ingressar com um pleito de reconhecimento de direitos são destituídos do controle de seu próprio ato fundante, o da auto-nomeação. Este poder de “nomeação” e “especificação” do art. 68 da Constituição resulta em uma homogeneização de multiplicidades sociais sob única categoria, a de *quilombolas*, cujo sentido administrativo impõe e pressupõe uma série de pré-noções as quais os sujeitos “deveriam” se adequar como demandantes de direitos. A segunda inscrição, é o da *descontinuidade*: ao subsumir reivindicações garantidas por lei à formalização estatal, é produzido um distanciamento entre as demandas da comunidade e o que elas podem almejar através dos próprios atos burocráticos pelas quais são tomadas como quase-sujeitos – não sendo suficientemente humanas para sua própria representação na assembléia política. Desta maneira, a estabilização institucional dos quilombolas é feita pelo conjunto de não-humanos, ou seja, a relação das pessoas com o espaço vivido é transformado em mapas, processos e certidões. O aporte metodológico da etnografia, com entrevistas semi-estruturadas, e observação participante, permitirá (re) montar a genealogia da assunção quilombola da comunidade Família Fidélis, em Porto Alegre, pelas narrativas de seus integrantes, e da estrutura relacional do grupo. E indaga-se por quais maneiras o grupo está indexando aos seus discursos e narrativas uma categoria que *a princípio* não possuem inteiro controle? Quais estratégias empreendidas em reumanizar o processo que institucionaliza seus territórios?